2 — No prazo máximo de 180 dias a contar da data da outorga da escritura de compra e venda, o adquirente deve apresentar à Câmara Municipal o pedido da edificação.

3 — A conclusão da edificação e o início da atividade deve operar-se em conformidade com a calendarização proposta e anexa ao projeto de arquitetura que não pode ultrapassar o prazo de 3 anos.

4 — Em casos excecionais pode ser fixado prazo diverso, desde que solicitado e devidamente fundamentado, mediante a respetiva autorização da Câmara Municipal de Oleiros.

Artigo 20.º

Direito de reversão

1 — Findos os prazos estabelecidos, ou pelo incumprimento das cláusulas previstas no presente regulamento, o lote, as construções nele implantadas e todas as benfeitorias reverterão para a posse da Câmara Municipal de Oleiros, sem qualquer direito a indemnização.

2 — Quando o adquirente ou terceiros adquirentes procederem à utilização para fim diferente do inicialmente previsto, reverterá igualmente o lote para a Câmara Municipal de Oleiros, nos moldes expostos no número anterior.

3 — Ainda sob pena do direito de reversão, o adquirente inicial, bem como terceiros adquirentes, têm de dar continuidade ao uso do lote mediante exercício efetivo da atividade a que se propuseram.

4 — Considera-se não laboração, designadamente, a não manutenção de postos de trabalho de produção, o encerramento de portas em horário de funcionamento, a abertura sem expedição de produção, ou, a não apresentação das contas relativas ao último ano de atividade.

5 — Em caso algum, incluindo eventuais prorrogações, poderá o prazo de execução das obras ultrapassar três anos, sob pena de reversão do lote.

6 — A Câmara Municipal de Oleiros poderá desencadear as diligências de reversão, mesmo em caso de insolvência da empresa, processo especial de revitalização ou execução de garantias, sempre tendo em vista que o lote seja utilizado para os fins previstos no regulamento.

7 — A Câmara Municipal de Oleiros, em caso de não entrega do lote, ou da não comparência dos interessados para a outorga da escritura, procederá às diligências que forem necessárias para tomar posse do lote, ao abrigo do artigo 180.º do Código do Procedimento Administrativo, bem como às diligências relativas à reversão da propriedade.

8 — A cláusula de reversão constante no presente artigo, está sujeita a registo obrigatório nos termos previstos no Código do Registo Predial.

Artigo 21.º

Direito de preferência

1 — A Câmara Municipal goza do direito de preferência na transmissão do direito do adquirente, a qualquer título, sobre o lote, construções nele edificadas ou qualquer benfeitoria nele implantada.

2 — Para efeitos do número anterior, o adquirente do lote deve previamente comunicar à Câmara Municipal de Oleiros, o projeto de alienação ou de transmissão que pretende operar, bem como as cláusulas do contrato e demais elementos pertinentes.

3 — A Câmara Municipal de Oleiros dispõe de 30 dias para exercer o direito de preferência a contar da data da receção da comunicação efetuada ao abrigo do artigo anterior.

4 — O direito de preferência resultante deste artigo goza de eficácia real nos termos do artigo 421.º do Código Civil.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 22.º

Dúvidas e omissões

Todos os casos omissos e possíveis de dúvidas surgidas na aplicação prática do presente regulamento deverão ser analisados à luz das disposições legais em vigor, pelo que serão remetidos para os órgãos competentes para a resolução das questões que eventualmente venham a surgir.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

310813081

MUNICÍPIO DO PORTO

Aviso n.º 12054/2017

Procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira em Técnico Superior.

Alteração da composição de Júris

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 e 3 do artigo 20.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, torna-se público que, por despacho da Sr.ª Diretora Municipal de Recursos Humanos, Dr.ª Maria Emília Preto Galego, de 29.09.2017, com competência delegada datada de 06-09-2017, foi alterada a composição de Júris dos seguintes procedimentos concursais publicados através do Aviso de abertura n.º 8432/2017, publicado no *Diário da República* n.º 144, 2.ª série, de 27.07.2017:

1 — Ref. 27) Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, para a Direção Municipal da Presidência, área funcional Comunicação e Promoção, passa a ser a seguinte:

Presidente: Adolfo Manuel dos Santos Marques de Sousa, Diretor de Departamento

Vogais efetivos: Maria Emília Preto Galego, Diretora Municipal que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Tânia Cristina Soeiro Amaral, Técnica Superior

Vogais Suplentes: Sónia Maria Pimenta Cerqueira, Diretora de Departamento e José Pedro Camelo Lobão, Chefe de Divisão.

2 — Ref. 29) Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, para a Direção Municipal da Presidência, área funcional Organização e Gestão, passa a ser a seguinte:

Presidente: Adolfo Manuel dos Santos Marques de Sousa, Diretor de Departamento

Vogais efetivos: Maria Emília Preto Galego, Diretora Municipal que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ibraim Silva Torres, Técnico Superior

Vogais Suplentes: Sónia Maria Pimenta Cerqueira, Diretora de Departamento e Isabel Maria Coelho dos Santos, Diretora de Departamento.

29 de setembro de 2017. — A Diretora de Departamento Municipal de Recursos Humanos, *Sónia Cerqueira*.

310825629

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Aviso n.º 12055/2017

Para os devidos efeitos torna-se público que por meu despacho de 31 de agosto de 2017 e de acordo com as competências que me são conferidas pelo artigo 35.º, n.º 2 alínea a) do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, e nos termos da alínea b) n.º 2 do artº 92.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, determino a mobilidade interna da trabalhadora, Ana Maria Morais de Matos, com a categoria de Assistente Técnica, a desempenhar funções no serviço de Educação, afeta à Divisão de Educação, Ação Social e Juventude, para o exercício de funções na mesma Divisão, no serviço de Ação Social — Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, com efeitos a 01-09-2017, mantendo a mesma categoria e posição remuneratória.

22 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *João Salgueiro*.
310808449

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

Aviso n.º 12056/2017

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 18 de setembro de 2017, proferido nos termos do n.º 4 do artigo 43.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, exonero, a seu pedido, a Dr.ª Susana Maria Araújo Gonçalves Magalhães Pimenta, do exercício de funções de secretária do gabinete de apoio à vereação, com efeitos a partir de 15 de setembro do ano corrente.

28 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Rui Vaz Alves*.
310814264